

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL: IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO

ANALYSIS OF PUBLIC FOOD AND NUTRITION POLICIES IN BRAZIL: IMPACTS ON THE HEALTH OF THE POPULATION

Eder Magnus Almeida Alves Filho

Mestrando em Educação Física, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

E-mail: edermagnus@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-9325-2067>

Júlio César de Carvalho Martins

Mestrando em Educação Física, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

E-mail: juliocsrcontatos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4211-4351>

Kyzzes Barreto Araújo

Docente de Nutrição, Instituto Educacional Rui Barbosa, Brasil

E-mail: kyzzesbarreto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3757-7511>

Resumo: A alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. Constrói-se este estudo com o principal objetivo de discutir sobre as principais políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil e os principais impactos na saúde da população. Para atender ao objetivo desta pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica da literatura, de abordagem descritiva e de caráter qualitativo. Na população verifica-se que o padrão de consumo alimentar se caracteriza pela baixa ingestão de frutas, legumes e verduras e pelo consumo excessivo de bebidas e alimentos industrializados e lanches do tipo fast-food. Logo, a adoção cada vez mais frequente de hábitos alimentares inadequados. O presente estudo pretende investigar na literatura científica como as políticas públicas podem promover hábitos alimentares saudáveis, afim de incentivar e ensinar a adoção de uma alimentação equilibrada e nutritiva desde a infância. Justifica-se a escolha do tema pela necessidade de promover hábitos alimentares saudáveis desde cedo a fim de prevenir doenças, melhorar o desempenho acadêmico dentre outros fatores relevantes. Espera-se que as intervenções surtam efeitos positivos com uma melhor conscientização sobre hábitos alimentares.

Palavras-chave: Políticas públicas, Alimentação, Nutrição.

Abstract: Food and nutrition constitute basic requirements for the promotion and protection of health, enabling the full affirmation of the potential for human growth and development, with quality of life and citizenship. This study was created with the main objective of discussing the main public food and nutrition policies in Brazil and the main impacts on the population's health. To meet the objective of this research, a bibliographical review of the literature was carried out, with a descriptive and qualitative approach. In the population, it appears that the pattern of food consumption is characterized by low intake of fruits and vegetables and excessive consumption of drinks and processed foods and fast-food snacks. Therefore, the increasingly frequent adoption of inappropriate eating habits. The present study aims to investigate in scientific literature how public policies can promote healthy eating habits, in order to encourage and teach the adoption of a balanced and nutritious diet from childhood. The choice of the topic is justified by

the need to promote healthy eating habits from an early age in order to prevent diseases, improve academic performance, among other relevant factors. It is expected that the interventions will have positive effects with better awareness about eating habits.

Keywords: Public policy, Food, Nutrition.

1. INTRODUÇÃO

A PNAN é fruto de um processo histórico de conformação das políticas de saúde e de alimentação e nutrição no país. A alimentação e nutrição estão presentes na legislação recente do Estado Brasileiro, com destaque para a Lei 8.080, de 19/09/1990 (BRASIL, 1990), que entende a alimentação como um fator condicionante e determinante da saúde e que as ações de alimentação e nutrição devem ser desempenhadas de forma transversal às ações de saúde, em caráter complementar e com formulação, execução e avaliação dentro das atividades e responsabilidades do sistema de saúde.

Os novos conhecimentos sobre a importância da alimentação e nutrição para a saúde, têm revelado, nas duas últimas décadas, que os custos sociais e econômicos decorrentes da falta ou excesso de alimentação, ao provocar o aumento da morbimortalidade, elevam conseqüentemente os custos da saúde, fato este bastante agravado pelo rápido e crescente surgimento das doenças crônicas não transmissíveis, cujo tratamento é mais oneroso.

Os programas, em sua maioria, demonstram conectividade com mais de uma área de atuação, apresentando amplitude para execução das atividades e planejamentos propostos. Sabe-se que, as políticas demandam atuação interdisciplinar e multiprofissional, mas neste contexto, cabe destacar a importância da função do profissional nutricionista. No espectro de políticas citadas neste estudo, nota-se forte conexão na maioria destas iniciativas com a área de Nutrição em Saúde Coletiva, onde busca-se, principalmente, a prevenção de doenças e agravos à saúde por meio da alimentação saudável.

As ações de alimentação e nutrição devem ser pautadas pelo conhecimento técnico e também pelo contexto epidemiológico, apresentando ferramentas e estratégias específicas para a ações em saúde coletiva. Entende-se o nutricionista como o profissional, de nível superior, capaz e apto para desempenhar a promoção, manutenção e recuperação da saúde de indivíduos e coletividades através da alimentação e nutrição, sendo este necessário para execução e planejamento de políticas públicas e programas sociais relacionados a este tema.

O Brasil, reconhecido por seu exemplar cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (estabelecidos pela ONU nos anos 2000), possui uma vasta gama de políticas públicas, programas e estratégias sociais que respondem à diversos objetivos e metas propostas pelos ODS, porém, simultaneamente, tem sofrido nos últimos anos com o grande aumento de desemprego, da pobreza e da fome, o que afasta o país da conclusão da agenda existente.

Constrói-se este estudo com o principal objetivo de discutir sobre as principais políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil e os principais impactos na saúde da população.

Para atender ao objetivo desta pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica da literatura, de abordagem descritiva e de caráter qualitativo. Na população verifica-se que o padrão de consumo alimentar se caracteriza pela baixa ingestão de frutas, legumes e verduras e pelo consumo excessivo de bebidas e alimentos industrializados e lanches do tipo fast-food. Logo, a adoção cada vez mais frequente de hábitos alimentares inadequados.

2. DESENVOLVIMENTO

POLÍTICAS PÚBLICAS NUTRICIONAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) atua como uma estratégia que está relacionada à produção de informações e atividades educativas que atuam como auxílio para favorecer a adoção de práticas alimentares saudáveis e também a saúde dos indivíduos, proporcionando a oportunidade de ampliar o poder de escolha e tomada de decisões em relação à alimentação. A alimentação consumida se integra ao organismo, por meio dos nutrientes que se combinam de forma necessária para preservar a saúde e o bem-estar (CASEMIRO, 2013).

Muitas crianças e adolescentes não associam a palavra saúde a hábitos alimentares saudáveis, e a prática da EAN ainda se limita a impor velhos padrões alimentares. A escola desempenha um papel importante na formação cognitiva e humana, tornando-se um ambiente propício para incentivar ações em EAN visando a promoção da alimentação saudável e da saúde. Isso contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes (CAMOZZI, 2015; UNESCO, 2011).

Portanto, é fundamental estimular o papel da escola na adoção de hábitos

saudáveis, envolvendo a gestão escolar, nutricionistas e outros profissionais da educação, com o suporte de políticas públicas. Entre essas iniciativas destacamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo fornecer uma alimentação escolar saudável durante o período de permanência dos alunos na escola e incluindo ações de EAN (BRASIL, 2013).

Assim, a alimentação escolar é regulamentada nas escolas públicas do Brasil pelo PNAE, que foi estabelecido na década de 1950 com o intuito de garantir aos alunos pelo menos uma refeição diária durante seu tempo na escola. Atualmente, a proposta é suprir parcialmente, pelo menos de 30 a 70%, das necessidades nutricionais dos estudantes (BRASIL, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também se apresenta como uma oportunidade para reestruturar as atividades realizadas nas instituições de ensino, potencializando mudanças nas práticas alimentares dos estudantes. Essa iniciativa se tornou essencial para aprimorar a segurança alimentar e nutricional dos alunos e promover o direito humano a uma alimentação adequada (CUNHA, 2010).

Na escola, é de suma importância que haja interações e colaboração entre o nutricionista e os profissionais da educação, de forma a esclarecer os princípios da alimentação saudável por meio do PNAE. Isso visa atender às necessidades nutricionais diárias e fomentar hábitos alimentares saudáveis, levando em consideração a realidade social vivenciada pelos estudantes (ALMEIDA, 2014).

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2012), o PNAE também contribui para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial e a aprendizagem dos alunos.

Durante muito tempo, o foco da alimentação escolar era apenas combater a evasão escolar, na percepção de que os alunos frequentavam a escola somente para ter acesso à comida. Atualmente, compreende-se que a alimentação fornecida nas instituições de ensino desempenha um papel educativo crucial. Além de contribuir para o aprendizado e o desempenho escolar, ela exerce influência decisiva na formação de hábitos alimentares e na garantia do direito humano a uma alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar, nutricional e a saúde dos estudantes (AMORIM, 2014; ALBUQUERQUE; PONTES; OSÓRIO, 2013).

O cardápio da alimentação escolar tem a finalidade de listar os alimentos que serão utilizados para suprir as necessidades nutricionais dos alunos, levando em consideração aspectos como a preparação, quantidade por pessoa, valor calórico, teor de carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais. O Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE) estabelece que o cardápio deve atender pelo menos 30% das necessidades diárias em uma refeição e 70% em três refeições, no caso de escolas em horário integral. O objetivo é oferecer uma alimentação saudável e equilibrada, promovendo a segurança alimentar para todos os alunos de forma igualitária. O nutricionista é responsável por elaborar o cardápio, levando em consideração a cultura alimentar da região e as práticas agrícolas locais, desde a seleção dos alimentos até a distribuição, visando atender as necessidades nutricionais dos alunos e promover hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2010).

O desempenho do nutricionista é de extrema importância para a execução eficaz do PNAE, além de desenvolver os cardápios, também é responsável por capacitar os colaboradores envolvidos na preparação dos alimentos e garantir a aplicação das Boas Práticas de Manipulação. A preparação dos alimentos é uma responsabilidade das merendeiras e engloba três aspectos essenciais: o microbiológico, que estabelece condições higiênico-sanitárias e normas de qualidade no preparo dos alimentos; o aspecto nutricional, que atende às necessidades diárias dos alunos; e o aspecto sensorial, avaliado por características como sabor, odor, textura e cor, sendo fundamental a combinação adequada dos alimentos seguindo técnicas de preparo (VALERIANE, 2011).

A produção das refeições ocorre nas Unidades de Alimentação e Nutrição, setores responsáveis por atividades relacionadas à alimentação e nutrição nas instituições (OLIVEIRA, 2007). Nas escolas, esse setor é especialmente dedicado às Unidades de Alimentação e Nutrição Escolar, onde a alimentação escolar é preparada, garantindo infraestrutura adequada e estritas práticas de manipulação, com base em orientações técnicas específicas (BRASIL, 2013).

Uma das diretrizes do PNAE é promover a Educação Alimentar e Nutricional nas escolas, objetivando incentivar a adoção voluntária de práticas alimentares saudáveis que contribuam para o aprendizado, a manutenção da boa saúde e a melhoria da qualidade de vida dos alunos (BRASIL, 2013).

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas define a EAN como um campo de conhecimento e prática abrangente, contínuo e multidisciplinar, envolvendo diversas áreas e setores, com o propósito de estimular a adoção autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Isso ocorre no contexto do direito humano à alimentação adequada e da garantia da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2012).

De acordo com as orientações do PNAE, a atuação do nutricionista é de suma

importância para a elaboração dos cardápios da alimentação escolar. Além disso, cabe a ele capacitar os funcionários envolvidos no preparo dos alimentos e garantir a implementação das Boas Práticas de Manipulação de alimentos. O preparo dos alimentos é de responsabilidade das merendeiras, que devem seguir diretrizes microbiológicas, nutricionais e sensoriais para assegurar a qualidade e atender às necessidades nutricionais dos alunos.

A produção das refeições ocorre na Unidade de Alimentação e Nutrição Escolar, que é responsável por planejar e preparar a alimentação escolar com base em fichas técnicas de preparo. O nutricionista, portanto, desempenha um papel fundamental nesse processo, seguindo as diretrizes do PNAE de planejar o cardápio de acordo com a cultura alimentar regional e as características agrícolas da região.

Uma das orientações do PNAE é a promoção da EAN na escola, com o intuito de fomentar a adoção voluntária de hábitos alimentares saudáveis pelos alunos, contribuindo para a aprendizagem, saúde e qualidade de vida. A EAN é compreendida como um campo de conhecimento e prática contínua e transdisciplinar, que visa promover a autonomia e a adoção voluntária de hábitos alimentares saudáveis, dentro do contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Santos (2012) argumenta que o guia não se limita a ser apenas um instrumento para a promoção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), mas também se insere na estratégia global de promoção da saúde e do combate ao excesso de peso. Ele ressalta a associação das práticas educativas à forma de transmissão das informações de interesse público no processo de mudança das práticas alimentares.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de acordo com Brasil (2015) e Zancul (2007), vai além do simples fornecimento de refeições para atender as necessidades nutricionais dos alunos. Ele tem a responsabilidade de fomentar a saúde e estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) integradas ao currículo escolar, aproveitando o ambiente escolar como espaço privilegiado para isso.

A Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013 do PNAE, mencionada por Brasil (2013), define várias ações em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas, incluindo oferta de alimentos saudáveis, cursos e palestras para os envolvidos com a alimentação escolar, hortas pedagógicas e oficinas culinárias, com o objetivo de incentivar práticas alimentares saudáveis entre os alunos.

Alves (2011) destaca que uma alimentação escolar adequada e equilibrada busca

suprir as necessidades nutricionais dos alunos visando garantir uma boa saúde. Isso requer um cardápio diversificado que atenda às recomendações nutricionais do PNAE e se adapte a aspectos técnicos como seleção dos alimentos, composição química e custo per capita da refeição.

Boog (1997) ressalta que gestores, professores e nutricionistas possuem autonomia para integrar políticas públicas de saúde no ambiente escolar e que é crucial a articulação desses profissionais para adotar uma abordagem pedagógica que promova a saúde e a qualidade de vida. O nutricionista desempenha um papel estratégico no planejamento das ações em Educação Alimentar e Nutricional (EAN), em colaboração com os demais profissionais.

Paiva (2009) e Brasil (2013) apontam que as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) têm um impacto positivo na prevenção do excesso de peso, da obesidade e na redução da evasão escolar, pois promovem mudanças nos padrões alimentares dos alunos, adaptando-se à realidade de cada local.

Por fim, Paiva (2009) ressalta que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) voltada para a promoção de hábitos alimentares saudáveis é fundamental no contexto escolar, onde as crianças e os adolescentes começam a entender questões relacionadas ao meio ambiente e ao autocuidado, tornando-se um local de descobertas significativas.

3. CONCLUSÃO

As políticas públicas desenvolvidas no Brasil na área da alimentação e nutrição visam estimular novos padrões alimentares e aprimorar a saúde dos cidadãos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) transcende a simples oferta de refeições para meninos e meninas, atuando como uma ferramenta para assegurar o direito humano a uma alimentação adequada em toda a nação, através de iniciativas como a Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Portanto, é claro que as ações educacionais que envolvem a nutrição escolar estabelecem diretrizes que podem ser adaptadas e aplicadas nas instituições de ensino, com o intuito de incentivar estilos de vida mais saudáveis, modificações nos hábitos alimentares e o fortalecimento da saúde. A relevância da EAN como recurso educativo nas escolas demanda uma atenção maior das políticas públicas para superar práticas alimentares ultrapassadas, facilitando uma seleção mais informada de alimentos.

Assim, torna-se fundamental incentivar transformações no ambiente educacional,

integrando a nutrição escolar como um componente didático, facilitando o surgimento de novos métodos de EAN para o corpo discente. Almeja-se que os dados examinados sirvam de base para futuras pesquisas em favor de uma nutrição escolar mais saudável. É incontestável que o modelo de consumo alimentar de crianças e adolescentes se destaca pelo incremento na ingestão de alimentos altamente calóricos, abundantes em açúcares, gorduras e sódio, e pela diminuição no consumo de frutas, cereais integrais, verduras e legumes. A adoção desses padrões alimentares não saudáveis nesse período crítico da vida constitui um fator de risco significativo para o desenvolvimento de doenças associadas à dieta, como a obesidade.

Nessa ótica, a orientação nutricional assume um papel crucial na indução de alterações nos padrões alimentares prejudiciais, sobretudo na prevenção e gestão de enfermidades decorrentes da alimentação. Contudo, a efetividade dos programas de orientação nutricional tem sido motivo de debate, dado que as abordagens convencionais frequentemente não conduzem a uma modificação real nos hábitos alimentares, particularmente na adolescência, um período em que aspectos característicos desse grupo etário frequentemente não são contemplados nas iniciativas educativas em nutrição.

4. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.F.M.; MONTEIRO, A.M. Ingestão de alimentos e adequação de nutrientes no final da infância. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.15, n.3, p.291-299, set./dez. 2002.

ALMEIDA, S. S. **O cotidiano da merenda escolar: análise da experiência em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE**. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Humana e Meio Ambiente) - Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2014.

AMORIM, R. **Merenda pode ser um subsídio ao ensino das demais disciplinas**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

ANDERSEN, L.F.; Nes, M.; SANDSTAD, B.; BJORNEBOE, G.E.; DREVON, C.A. Dietary intake among Norwegian adolescents. **European Journal of Clinical Nutrition**, London, v.49, n.8, p.555-564. 1995.

ANDRADE, C. M. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 29, Jan./Apr. 1997.

BIANCULLI, C.N. Physical growth and development in adolescents. **The health of adolescents and youths in Americas**, n.489, p.45-50. 1985.

BLEIL, S.I. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Caderno de Debate**, v.6, p.1-24. 1998.

BONNIE, A.; SPEAR, R.D. Nutrição na adolescência In: MAHAN, L.K.; SCOTTSTUMP, E. Krause – **Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 11ª edição. São Paulo: Roca, 2005.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente e futuro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.10,

n.1, p.5-19. 1997

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Alimentação Escolar. Brasília: MEC.

BRASIL. **Resolução nº 4 de abril de 2015, Dispõe a alteração da redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de 41 Alimentação Escolar (PNAE). Ministério da Educação.** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo do Brasil. Brasília, DF, 8 de abr.2015.

BULL, N.L. Study of the dietary habits, foods consumption and nutrients intakes of adolescents and young adults. **World Review of Nutrition and Dietetics**, Basel, v.57, p.24-74. 1988.

CASEMIRO, J. P. **Cultura, Participação e Educação Popular & Saúde: a educação alimentar e nutricional como lugar de encontro na escola.** 2013. Tese (Doutor em Educação em Ciências e Saúde) - Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CASOTTI, L.; RIBEIRO, A.; SANTOS, C.; RIBEIRO, P. Consumo de alimentos e nutrição: dificuldades práticas e teóricas. **Caderno de Debate**, v.6, p.26-39. 1998.

CASTRO, F.A.F.; PEREIRA, C.A. dos S.; PRIORE, S.E.; RIBEIRO, S.M.R.; Bittencourt, M.C.B.; Queiroz, V.M.V. de. Educação nutricional: a importância da prática dietética. **Nutrição em pauta**, v.10, n.52, p.9-15, jan./fev. 2002.

CHAVES et al. Reflections on the activities of nutritionists on the Brazilian School Nutrition Program. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.18 n.4, Abril de 2013.

CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Consea, 2004.

CUNHA, E.; SOUSA, A. A.; MACHADO, N. M. V. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15,n.1,p.39-49, 2010.

DAMIANI, D.; CARVALHO, D.P.; OLIVEIRA, R.G. Obesidade na infância – um grande desafio! **Pediatria moderna**, São Paulo, v.36, n.8, p.489-523. 2000.

DIETZ, W.H. Childhood weight affects adult morbidity and mortality. **Journal of Nutrition**, Bethesda, v.128, p.411-414. Supplement 2. 1998a.

FOOD DUDES. in Ireland Healthy Eating Programme for Kids. **Food & the Marine and the European Union through the School Fruit Scheme**, 2011.

LIMA, L.S.A. **Impactos das Políticas de Financiamento da Educação em Rondônia no período de 2003 a 2010: O caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho.** 2012. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

MERINO, J. L. Enseñanza dinámica sobre nutrición y salud em la escuela y em el hogar. México: Trillas, 1998.

MORGAN, K.; SONNINO, R. "The urban foodscape: world cities and the new food equation". **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, [s.l.], v.2, n. 3, p.2009- 224, Março de 2010.

NELSON, M. Anemia in adolescent girls. Proc Nutr Soc, n.55, p.359-367. 1996. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). La salud de los jóvenes: un reto y una esperanza, Ginebra, 1995.

SERRA, G.M.A; SANTOS, E.M.dos. Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito. **Ciências saúde coletiva**, v.8, n.4. 2003.

SILVA, A.C.Q.R.; REGO, A.I.A. Adolescente: necessidades dietéticas e perigos para cardiopatias.

Nutrição em pauta, v.8, n.43, p.52-56, jul./ago. 2000.

SILVA, D.F.O.; LYRA, C.O.; LIMA, S.C.V.C. Padrões alimentares de adolescentes e associação com fatores de risco cardiovascular: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(4): 1181-1195. 2016.

SMEKE, E.L.M.; OLIVEIRA, N.L.S. Educação em saúde e concepções de sujeito. In: Vasconcelos, E.M. (organizador). *A saúde nas palavras e nos gestos*. São Paulo: Hucitec, 2001.

SOARES, L. R. et al A transição da desnutrição para a obesidade. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical**, [s.l.], v.5, n.1, p.64-68, 2013–Dez/Fev 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola. 3.ed. Rio de Janeiro: **Sociedade Brasileira de Pediatria**, 2012. pp. 50-148.

UNESCO. **Programa Mesa Educadora para a Primeira Infância: concepções metodologia e manual de implantação**. Brasília: Gerdau, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2011. v. 5.

UNICEF. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF : UNICEF, 2011.

VANDERKOOY, P.D.S.; GIBSON, R.S. Food consumption patterns of Canadian preschool children in relation to zinc and growth status. **Am J Clin Nutr**, n.45, p. 609- 616. 1987.

VASCONCELOS, E.M. Educação popular e atenção à saúde da família. São Paulo: Hucitec, 1999.